



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681278 - SP (2021/0225910-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MENESIO PINTO CUNHA JUNIOR - SP149434  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CIRO SOUZA MARTINS (PRESO)  
**PACIENTE** : PABLCIO DA SILVA SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CIRO SOUZA MARTINS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação nº 0004721-72.2017.8.26.0495).

O paciente CIRO SOUZA MARTINS foi condenado à pena de 8 anos de reclusão, em regime inicial fechado, incurso nos artigos 33, caput, e 35, ambos da Lei nº 11.343/2006, e o paciente PABLÍCIO DA SILVA SANTOS foi condenado à pena de 9 anos de reclusão, em regime inicial fechado, incurso nos artigos 33, caput e artigo 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, e no artigo 180, caput, na forma do artigo 69 ambos do Código Penal.

Sustenta o impetrante que a prova da condenação é ilícita, haja vista que galgada nos dados de celular, cujo acesso não foi consentido por nenhum dos pacientes. Pondera que tampouco há ordem judicial para embasar a obtenção dos dados. Explica que não há elementos suficientes para justificar a condenação pelo crime de associação para tráfico, pois ausentes a estabilidade e permanência. Defende, quanto à dosimetria da pena, que a quantidade de droga apreendida não pode servir como justificativa para majorar o *quantum* da condenação. Assevera que no caso é cabível a aplicação da causa de diminuição da pena do § 4º, art. 33, da Lei n. 11.343/06, pois tratam-se de réus primários e de bons antecedentes.

Requer, liminarmente, que os pacientes aguardem em liberdade o julgamento definitivo deste *writ*. No mérito, pede absolvição dos pacientes do delito de associação para o tráfico; redução da pena para o mínimo legal; aplicar a redutora do tráfico privilegiado, e fixação do regime aberto para o início de cumprimento da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente